

OS CAMPONESES NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Fátima Rotundo da Silveira *

1. INTRODUÇÃO

O campesinato sempre foi parte integrante do processo de produção capitalista brasileiro, reproduziu-se e se transformou contraditoriamente no seio da dinâmica deste processo.

Porém, sempre ocupou uma posição subordinada, pois a expansão capitalista no campo brasileiro se deu desde o início, em favor das grandes unidades produtivas.

Desde os momentos iniciais da colonização brasileira, privilegiaram-se as grandes unidades produtivas através da doação de grandes glebas de terras.

Ao lado destes latifúndios, a pequena produção familiar sempre coexistiu sujeita e suprindo as necessidades dos primeiros, ora como reserva de mão-de-obra, ora como produtora de gêneros de subsistência.

Professora de Geografia do Departamento de Geografia Humana e Regional Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP,19.060,Presidente Prudente

Dentro deste processo a unidade de produção camponesa adquiriu várias formas ao longo do tempo.

2. O CAMPESINATO NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Na região de Presidente Prudente, parte integrante deste processo, a produção camponesa se revestiu de diferentes formas.

Esta região, desde o início de sua ocupação, se caracterizou por uma grande concentração fundiária, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos na Região de Presidente Prudente (1950-1985)

CLASSE/ANO	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	ESTAB.	X										
0 - 100	21.386	94,5	29.657	95,6	23.692	93,0	15.772	88,2	12.059	84,2	13.311	85,0
100 - 500	921	4,1	964	3,1	1.311	5,0	1.482	8,2	1.624	11,4	1.707	10,9
+ 500	305	1,4	380	1,3	542	2,0	619	3,6	637	4,4	640	4,1
TOTAL	22.614	100,0	31.001	100,0	25.545	100,0	17.873	100,0	14.320	100,0	15.658	100,0

Fonte: Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo de 1985.

Tabela 2 - Área dos Estabelecimentos na Região de Presidente Prudente (1950-1985)

CLASSE/ ANO	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	ÁREA	X										
0-100	363.048	29,0	369.699	30,0	352.471	22,2	294.078	17,2	276.288	16,3	303.984	18,2
100-500	137.547	14,5	204.554	16,5	284.958	17,9	319.406	19,0	351.457	20,7	363.716	21,8
+ 500	746.710	57,5	840.320	53,5	848.309	59,9	1.082.818	63,8	1.072.222	63,0	998.979	60,0
TOTAL	1.297.305	100,0	1.265.573	100,0	1.585.638	100,0	1.695.302	100,0	1.699.964	100,0	1.666.679	100,0

Fonte: Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo de 1985.

Esta concentração levou o campesinato a recorrer a diferentes formas de acesso à terra, além de uma série de conflitos. Como consequência, encontramos na região vários tipos de camponeses no que se refere ao acesso à terra como: proprietários, rendeiros, parceiros, proprietários e arrendatários, proprietários e parceiros, posseiros e ocupantes, assentados e reassentados e um número expressivo de acampamentos de sem terras que, através de movimentos sociais, buscam acesso a ela.

Os proprietários: foram várias as formas que os levaram a ter acesso à terra, como compra, herança e compra e herança.

Na sua maioria, segundo pesquisa efetuada, o dinheiro conseguido para a compra foi através do arrendamento.

Constatou-se que a aquisição dos imóveis não é recente mas ocorreu há tempos atrás, quando a terra na região não era muito valorizada.

Atualmente é praticamente impossível os pequenos proprietários adquirirem terras, devido aos baixos rendimentos alcançados e ao preço elevado da terra.

O rendeiro: é aquele pequeno produtor que paga renda em dinheiro para o proprietário do imóvel; na maioria das vezes há pagamento também de renda em trabalho, uma vez que no final do contrato de arrendamento devem deixar o pasto formado.

O rendeiro é uma modalidade de produtor que utiliza o sistema de arrendamento, isto é, o aluguel de terras mediante um pagamento em dinheiro. Ele emprega a mão-de-obra familiar em todas as etapas do processo produtivo, do preparo da terra à colheita. Geralmente complementa a mão-de-obra familiar com a utilização do trabalho assalariado, durante a colheita.

Quando a renda conseguida não é suficiente, é comum os rendeiros complementarem-na com o assalariamento, por ocasião da colheita, ao se empregarem nas propriedades vizinhas.

Aqueles que possuem trator, complementam sua renda arando e gradeando terras para outros produtores.

Alguns rendeiros, que dispõem de mais recursos, arrendam uma área maior e utilizam o trabalho assalariado o ano todo, juntamente com o familiar.

A quantidade de terras que arrendam varia em função dos recursos que possuem e dos preços de mercado dos produtos que plantam.

Através de pesquisas na área, constatou-se, também, que é expressiva a quantidade de pequenos proprietários que arrendam terras. São os chamados proprietários rendeiros.

Três fatores contribuem para que proprietários arrendem terras: número expressivo de mão-de-obra familiar disponível, possuem maquinário agrícola e desenvolvem, conjuntamente, atividade criatória e agrícola.

Em pesquisa realizada, constatou-se que, do número total de camponeses proprietários rendeiros, 70% possuem maquinário agrícola, isto é, trator, 65% possuem um número expressivo de mão-de-obra familiar disponível.

O tamanho da área que arrendam depende de como estes elementos se combinam.

Geralmente os proprietários que possuem gado utilizam suas terras para pastagem e arrendam

terras para agricultura. O objetivo dos mesmos é aumentar seu rebanho.

Outros que possuem maquinário agrícola, por terem propriedades muito pequenas, recorrem ao arrendamento para maximizarem o uso do maquinário. Para aumentar sua renda não é raro ararem e gradearem terras de outros estabelecimentos.

O excesso de mão-de-obra familiar e a falta de terras, também é um fator levado em consideração para o arrendamento de terras, e uma forma de não ficarem com mão-de-obra ociosa.

Os parceiros: são pequenos produtores rurais que não possuem terras e, para produzir, arrendam terras de outrem.

Diferenciam-se dos rendeiros porque, enquanto estes pagam renda em dinheiro, os parceiros pagam renda em produto, que pode ser a meia ou a quarta parte da produção, dependendo do contrato firmado.

É comum a parceria entre pessoas da mesma família, isto é, o pai, dono da propriedade, cede a terra aos filhos e o pagamento é feito com parte da produção.

Há casos em que os proprietários da terra, dada em parceria, faz o empréstimo bancário em seu nome, repassando-o ao parceiro, encarregado da produção.

Neste caso, a comercialização da produção é feita pelo proprietário da terra, que paga o banco, retira sua porcentagem e entrega depois, ao parceiro, a porcentagem estipulada.

Quando o proprietário entra com a terra e 50% dos custos, recebe a metade da produção.

Geralmente, a escolha do que produzir é combinada entre o proprietário da terra e o parceiro.

O parceiro é um produtor com pouca independência. Ele não é livre para escolher o que plantar, e muitas vezes, até mesmo para quem vende.

A renda paga em produto é mais alta que a em dinheiro.

Os produtores só recorrem à parceria quando não têm alternativa, isto é, não têm condições de pagar, em dinheiro, o arrendamento ou arcar com os custos da produção.

A renda paga em produto é também variável, pois quanto mais produz, mais renda paga.

Os parceiros recorrem em sua maioria ao assalariamento para completar sua renda.

A parceria tem diminuído sensivelmente na região, ao longo do tempo, pois em 1960 havia 8.999 parceiros, em 1970 havia 4.757, em 1975 havia 2.133, em 1980 havia 929 e em 1985 havia cerca de 659, equivalendo a 4,2% dos estabelecimentos existentes na região, ocupando 0,69% da área total.

O posseiro: é o camponês que subverte o sistema, pois nega a essência do modo capitalista de produção, que é a propriedade privada da terra. Tem servido ao sistema como elemento que amplia a fronteira agrícola, pois chega a ocupar áreas que até então estavam em poder das comunidades indígenas, servindo como instrumento do capital.

O pequeno posseiro não possui consciência desse papel, pois seu objetivo é buscar terras para a própria subsistência.

Atualmente, grande parte das pequenas posses existentes na área, se localizam às margens do ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, que deveria estender os seus trilhos até Dourados.

Os posseiros, aí localizados, vivem em pequenas posses, cerca de meio hectare, produzindo feijão e mandioca para a subsistência. Complementam seus rendimentos como bóias-frias, principalmente durante a colheita do algodão.

Embora sejam de origem rural, o motivo que os levou à área onde se encontram, foi o trabalho no Porto Primavera.

Como muitos não conseguem emprego para si e para seus filhos, tomaram posse deste lote, que pertence ao Estado, e aí se instalaram.

Suas condições de vida são de miserabilidade, moram em pequenas casas de madeira, de chão batido, sem as mínimas condições de higiene. Trabalham nas pequenas "roças" de mandioca e feijão, com algumas criações domésticas para o consumo alimentar.

Os posseiros, em sua maioria, se acham localizados nas áreas mais recentes onde, ainda hoje, a posse e a propriedade da terra não estão de todo definidas.

Entre estes tipos de camponeses, até agora analisados, pode-se observar que, embora varie o grau e o objetivo da dependência, cada um deles, de alguma forma, esteve ou está ligado ao grande proprietário no que se refere à utilização da terra, alternando momentos de conflito com momentos de cooperação.

Porém, existe na área um outro tipo de camponês que quebrou estes laços de dependência, pois, através da ocupação de fazendas e acampamentos ao longo das estradas da região pressionou o governo, reivindicando terras e, como resultado destas pressões, ocorreu a instalação, na área, dos projetos de reassentamentos e assentamentos. Há que se destacar a diferença entre ambos, pois os reassentamentos têm por finalidade reassentar populações ribeirinhas, localizadas em áreas onde estão sendo construídas usinas hidrelétricas e que serão inundadas.

Os projetos destinados ao reassentamento destas famílias são: a Lagoa São Paulo e Rosana.

Os assentamentos foram fruto de movimentos reivindicatórios. São eles: Gleba Rebojo, XV de Novembro, Areia Branca e Água Sumida.

As datas de instalação destes projetos foram as seguintes:

Gleba Rebojo	- 1967;
Lagoa São Paulo	- 1978;
XV de Novembro	- 1984;
Rosana	- 1986;
Areia Branca	- 1988;
Água Sumida	- 1988.

Gleba Rebojo

Este projeto foi fruto da desapropriação da fazenda Rebojo, pelo Governo Federal, em março de 1964. Desta data até 1974 foram assentadas cento e quarenta e três famílias.

A desapropriação ocorreu devido a conflitos entre as famílias de arrendatários e parceiros contra os proprietários da área.

Cerca de três grandes propriedades e doze pequenas foram desapropriadas.

A seleção de famílias foi feita pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária).

Nesta Gleba já houve a saúde de grande número das primeiras famílias assentadas.

Gleba XV de Novembro

Foi um projeto elaborado com a finalidade de conter imensos conflitos sociais. A sua elaboração e execução foi obra do governo do Estado, através da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) e da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP), em março de 1984.

A área onde se encontra o projeto foi desapropriada com indenização das benfeitorias.

As famílias assentadas, nesta área, estiveram acampadas durante meses às margens das estradas da região.

As terras desapropriadas pertenciam a um total de dezenove fazendas. Foram assentadas cerca de 597 famílias.

Projeto Areia Branca

Este projeto foi implantado em março de 1988.

A área foi desapropriada por interesse social.

A atuação do estado se deu através de dois órgãos: o INCRA e a SEAF.

Foram assentadas cerca de 92 famílias.

Projeto Água Sumida

É um projeto relativamente novo, cuja implantação se deu em 1988.

A desapropriação da terra foi feita pelo INCRA, em 27/01/1988.

As terras da fazenda foram consideradas abandonadas e sub-utilizadas.

As famílias selecionadas, para este projeto, estavam anteriormente acampadas no Planalto do Sul, trevo de Euclides da Cunha, trevo da Destilaria Alcídia e Fazenda Origuti.

Acham-se assentadas, neste projeto, cerca de 120 famílias.

Rosana

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Rosana houve a necessidade de reassentar famílias localizadas nas áreas que seriam inundadas.

A maior parte dos fazendeiros da região não possui o título de propriedade, pois as terras são devolutas.

O governo do Estado resolveu assentar estas famílias nas proximidades.

A desapropriação da fazenda Rosanela, pertencente à Empresa Vicar, ocorreu através de um acordo entre o proprietário e o governo do Estado.

Este acordo foi realizado por intermédio da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e determinava que seriam cedidos cerca de 25% da área da fazenda Rosanela para a SEAF, num total de 2.582 ha.

Foram assentadas cerca de 126 famílias, neste projeto.

Lagoa São Paulo

Este projeto foi implantado devido à construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera.

A origem deste projeto se deve às mesmas causas que originaram o Projeto Rosana.

Neste, os beneficiários eram, em sua maioria, posseiros da Reserva Florestal Lagoa São Paulo.

O assentamento foi feito pelo governo do Estado, via CESP.

Os posseiros foram assentados numa área de aproximadamente 10.000 hectares, entre os municípios de Presidente Epitácio e Caiuá.

Neste projeto foram assentadas cerca de 552 famílias.

Predomina em todos os assentamentos a produção de culturas temporárias como: feijão, soja, milho, amendoim, arroz, feijão e mandioca.

É expressivo o cultivo de mamona, cultura que exige poucos recursos de investimentos.

A mão-de-obra utilizada é familiar, podendo haver a contratação de assalariados temporários, por ocasião da colheita.

Muitos complementam sua renda através do assalariamento, durante a colheita.

Como podemos observar, o campesinato na região de Presidente Prudente é bastante heterogêneo. Nela encontramos os mais diversos tipos de relação do camponês com a terra, que gera diferentes graus de

dependência ao setor agrário capitalista, que tem na figura do parceiro o maior grau, e no outro extremo os assentados, que quebram os laços de dependência.

É neste universo rico e variado que se encontram as forças de transformação do camponês que, na luta pela sobrevivência como classe e como indivíduo, descobre novas formas de existir.

O processo de desaparecimento e de criação de novas maneiras de vida permitiu que o camponês sobrevivesse em diferentes modos de produção.

3. BIBLIOGRAFIA

01. ANTÔNIO, Armando Pereira. O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado. Os exemplos da Alta Sorocabana. 1960/90. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1990
02. LEITE, José Ferrari. Assentamentos do Pontal do Paranapanema. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 3, 1991, México. Anais... México, 1991
03. LEITE, José Ferrari, SILVEIRA, Fátima Rotundo da, LIBÓRIO, Marília Campos. Conflitos de terra e reforma agrária no Pontal do Paranapanema. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2, 1989, Uruguai. Anais... Uruguai, 1989
04. SILVEIRA, Fátima Rotundo da. A recriação capitalista do campesinato. tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1990